**DECRETO Nº 2.674 DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.**

**Regulamenta, no âmbito municipal, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.**

O **Prefeito do Município de Novo Horizonte**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 55 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e no Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta, no âmbito municipal, a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a ser adotado durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

**Art. 2º** O Município de Novo Horizonte/SC, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, executará os recursos recebidos da União, nos termos da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, competindo-lhe:

I - promover chamamento público visando à distribuição dos subsídios para a manutenção de entes culturais que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social, em observância ao disposto no inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020;

#### II - elaborar e publicar Edital de Prêmio Multilinguagem, que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 2020.

§ 1º Do valor recebido da União, até 80% (oitenta por cento) podem ser aplicados no inciso II do caput do art. 2º da Lei e pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados ao previsto no inciso III do caput do art.2º da Lei, sendo que esgotadas as possibilidades de utilização dos recursos no inciso II o residual dos 80% (oitenta por cento) serão automaticamente remanejados para as formas de aplicação do inciso III da Lei 14.017/2020.

§ 2º Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei nº 14.017, de 2020, e neste Decreto deverão estar domiciliados em Novo Horizonte/SC, a pelo menos 2 (dois) anos.

§ 3º O pagamento dos recursos destinados ao cumprimento do disposto nos incisos I e II do *caput* do art. 2º da Lei fica condicionado à verificação de elegibilidade do beneficiário, realizada por meio de consulta prévia a base de dados em âmbito federal disponibilizada pelo Governo Federal.

§ 4º A verificação de elegibilidade do beneficiário de que trata o § 3º não dispensa a realização de outras consultas a bases de dados de outros entes federados, cujas informações obtidas deverão ser homologadas pelo Ministério do Turismo a qual o município procederá consulta.

**Art. 3º** **Quanto ao inciso I da lei 14.017/2020**: o município promoverá cadastramento municipal de cultura e incentivará as inscrições no cadastro estadual de cultura “Mapa Cultural do Estado” e o recurso destinado a estes beneficiários será repassado pelo estado de Santa Catarina de acordo com o previsto no inciso I do Art. 2º do decreto federal nº 10.464/2020.

**Art. 4º** **Quanto ao inciso II da lei 14.017/2020:**  O subsídio de que trata o inciso II do caput do art. 2º terá valor mínimo de R$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos em chamada pública.

§ 1º Farão jus ao subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º as entidades de que trata o referido inciso, desde que estejam com suas atividades interrompidas e que comprovem a sua inscrição e a homologação em, no mínimo, um dos seguintes cadastros:

I - Cadastro Estadual de Cultura;

II - Cadastro Municipal de Cultura.

§ 2º As entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei **deverão apresentar Auto Declaração (Anexo I)**, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação gerada pelo município.

§ 3º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o município adotará medidas que garantam inclusões e alterações nas inscrições ou nos cadastros, por meio de Auto Declaração ou de apresentação de documentos, preferencialmente de modo não presencial.

§ 4º O subsídio mensal previsto no inciso I do caput do art. 2º somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro, ou seja, responsável por mais de um espaço cultural.

§ 5º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei ficam obrigadas a garantir como contrapartida a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o município e o responsável pela gestão pública cultural do local.

§ 6º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º da lei apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis. E o prazo e condições para a realização desta condição da contrapartida deverá estar definida no edital e no contrato administrativo firmado com a entidade beneficiada.

§ 7º Fica vedada a concessão do subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, e ou institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 8º O **beneficiário** do subsídio mensal previsto no inciso II do *caput* do art. 2º da Lei apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio.

§ 9º A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio recebido foi utilizado para gastos relativos à **manutenção da atividade cultural do beneficiário.**

§ 10º Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas com:

I - Internet;

II - Transporte;

III - Aluguel;

IV - Telefone;

V - Consumo de água e luz; e

VI - Outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 11º O Município emitirá relatório de gestão final no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de todas as prestações de contas de cada beneficiário onde discriminará os subsídios concedidos, de modo a especificar se as prestações de contas foram aprovadas ou não e quais as providências adotadas em caso de terem sido rejeitadas.

§º 12 Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se espaços culturais aqueles destacados no art.8 da Lei 14.017/2020 e no art. 8 do Decreto 10.464/2020.

**Art. 5º** No caso de sobras de recursos previstos para aplicação no inciso II do art. 2º da lei, os recursos remanescentes serão automaticamente utilizados nas formas previstas de aplicação inciso III do Art. 2º da Lei.

**Art. 6º** **Quanto ao inciso III** da Lei 14.017/2020: O município elaborará e publicará Edital Premio Multilinguagem, de acordo com o que trata o inciso III do caput do art. 2º da Lei.

§ 1º O município trabalhará para evitar que os recursos aplicados se concentrem nos mesmos beneficiários, na mesma região geográfica ou em um número restrito de trabalhadores da cultura ou de instituições culturais.

§ 2º Fica vedada a concessão do subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, e ou institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 3º O município dará ampla publicidade às iniciativas apoiadas pelos recursos recebidos na forma prevista no inciso III do caput do art. 2º da lei e transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, preferencialmente por meio da divulgação no sítio eletrônico oficial.

§ 4º A transferência do recurso/subsídio ao interessado habilitado será feito mediante depósito em conta bancária de titularidade do proponente.

§ 5º O **beneficiário** do subsídio previsto no inciso III do *caput* do art. 2º da Lei apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao Município no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento do subsídio.

**Art. 7º** Os recursos não destinados ou que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de 60 (sessenta) dias após a descentralização serão objeto de reversão ao órgão ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos.

§ 1º O município transferirá os recursos objeto de reversão diretamente da sua conta bancária criada na Plataforma +Brasil para a conta do Estado de que trata o § 4º do art. 11 do Decreto 10.464/2020 no prazo de 10 (dez) dias, contado da data a que se refere o caput.

§ 2º O município informará no relatório de gestão final a que se refere o Anexo I do Decreto 10.464/2020:

I - Os tipos de instrumentos realizados;

II - A identificação do instrumento;

III - O total dos valores repassados por meio do instrumento;

IV - O quantitativo de beneficiários;

V - A publicação no Diário Oficial do Município dos resultados dos certames;

VI - A comprovação do cumprimento dos objetos pactuados nos instrumentos; e

VII - Na hipótese de não cumprimento integral dos objetos pactuados nos instrumentos, a identificação dos beneficiários e as providências adotadas para recomposição do dano.

**Art. 8.** O município deverá manter a documentação apresentada pelos beneficiários dos recursos a que se refere o art. 2º pelo prazo de 10 (dez) anos.

**Art. 9.** Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, em âmbito local, ficarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.novohorizonte.sc.gov.br>.

**Art. 10.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 23 de setembro de 2020.

------------------------------------------------------

**VANDERLEI SANAGIOTTO**

Prefeito Municipal

Registre-se **Aimar Francisco Pavelecini**

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO I – REQUERIMENTO E AUTODECLARAÇÃO DE ESPAÇO CULTURAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº (................................)

À

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
NOVO HORIZONTE – SANTA CATARINA

Prezada Secretária:

Considerando o espaço cultural como o espaço organizado e mantido por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, dedicado a realizar atividades artísticas e culturais no município de Novo Horizonte, de acordo com o artigo 8º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc);

Considerando que o espaço cultural, pelo qual respondo como Representante ou Responsável Legal, preenche e comprova todas as exigências descritas na Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) para acessar o Subsídio mensal mínimo de R$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais), de acordo com critérios estabelecidos pelo gestor de cultura de Novo Horizonte destinados ao setor cultural no estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

Considerando que o espaço cultural, no qual respondo como Representante ou Responsável Legal, está inscrito, em, pelo menos, um dos cadastros previstos no artigo 7° da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc), com sua inscrição e Requerimento e Autodeclaração de Espaço cultural homologado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Novo Horizonte;

Considerando que tenho conhecimento, como Representante ou Responsável Legal pela gestão do espaço cultural, que é vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro ou seja responsável por mais de um espaço cultural, conforme artigo 7°, § 3° da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc);

Considerando que o espaço cultural, no qual respondo como Representante ou Responsável Legal, não é criado pela administração pública de qualquer esfera ou vinculado a ela, nem vinculado a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais, e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S, conforme artigo 8°, parágrafo único da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc);

Considerando que tenho conhecimento, como Representante ou Responsável Legal, da obrigação do espaço cultural, sendo beneficiário do subsídio, devo garantir como contrapartida, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos da comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o gestor de cultura de Novo Horizonte, conforme artigo 9°, da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc);

Considerando que tenho conhecimento, como Representante ou Responsável Legal, da obrigação do Espaço Cultural e artístico, sendo beneficiário do subsídio, deve apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do município de Novo Horizonte em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio, conforme artigo 10°, da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc).

Considerando ainda as disposições do Decreto Federal no 10.464, de 17 de agosto de 2020, o Decreto Municipal no \_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nº do decreto municipal de regulamentação da lei Aldir Blanc), de \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2020,

|  |  |
| --- | --- |
| Eu, |  |
|  | (Nome completo do Representante ou Responsável Legal do Espaço Cultural, de acordo com o Registro Civil) |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CPF no |  | . |  | . |  | - |  | Registro Geral (RG) no: |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nacionalidade: |  | Residente e domiciliado no endereço: |

|  |  |
| --- | --- |
| Rua/avenida: |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| No: |  | Bairro/localidade: |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CEP: |  | - |  | Telefone de contato: | ( |  | ) |  |

|  |  |
| --- | --- |
| E-mail de contato: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Representante ou Responsável Legal pelo Espaço Cultural denominado: |  |

Apresento este REQUERIMENTO para acesso ao Subsídio previsto na Lei Federal 14.017/2020, conforme dados e AUTODECLARAÇÕES descritos no presente documento:

|  |
| --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL E ARTÍSTICO** |

**Nome do Coletivo ou Razão Social da Entidade, Empresa ou da Cooperativa Responsável pelo Espaço Cultural** (Utilizar o nome constante do CNPJ):

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Número do CNPJ (Espaço cultural formal) |  | . |  | . |  | / |  | - |  |  |

Situado e em atividade legal no município de Novo Horizonte do Estado de Santa Catarina no endereço:

|  |  |
| --- | --- |
| Rua/avenida: |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| No: |  | Bairro/localidade: |  |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CEP: |  | - |  | Telefone de contato: | ( |  | ) |  |

|  |  |
| --- | --- |
| E-mail de contato: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Site Web: |  |

**Enquadramento do Espaço Cultural**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Coletivo cultural (grupo cultural que NÃO possui CNPJ) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Associação, Fundação ou Instituto |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cooperativa |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | MEI – Microempreendedor individual |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | ME - Microempresa |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | EPP – Empresa de Pequeno Porte |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Normal |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Pessoa Física |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outro: |  |

**Situação do local de funcionamento do Espaço Cultural** *(selecione a melhor opção que identifica a situação do local):*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço alugado |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço emprestado ou de uso compartilhado |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço itinerante |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço próprio |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço próprio financiado |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço público (escola, praça, rua, quadra ou prédio público) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço público cedido em comodato |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outro: |  |

**Identificação dos membros do coletivo cultural** *(identifique até 10 membros do Coletivo Cultural):*

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Identidade (CPF ou RG) |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

**Outros Espaços Culturais mantidos pelo Coletivo, Empresa, Entidade ou Cooperativa cultural:**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome | Município /UF |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Não possuo outro espaço cultural |

**Área cultural principal do Espaço Cultural:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Patrimônio cultural material e imaterial |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Artes circenses |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Artes da dança |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Artes do teatro |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Artes visuais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Artesanato |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Audiovisual |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cultura popular |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Design |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Moda |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Fotografia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Gastronomia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Literatura |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Música |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outro segmento: |  |

**Tipo de equipamento cultural que melhor identifica o Espaço Cultural:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Antiquário |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Arquivo |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Ateliê |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Biblioteca |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Casa de cultura |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Casa de eventos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Centro cultural |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Centro de educação musical |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Centro de Tradições |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cinema ou Cineclube |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Circo |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Escola ou casas de dança |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Editora |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Escola de Artes |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Estúdio (linguagem ou atividade cultural) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Feira ou Mercado público |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Galeria de artes |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Livraria ou Sebo |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Museu ou Centro de memória |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Parque de diversões |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Produtora |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Teatro |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Terreiro |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Sede de grupo |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outro: |  |

**Atividade artística e cultural que melhor qualifica a atuação do Espaço Cultural** (art. 8º da Lei Federal 14.017/2020):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Pontos e pontões de cultura |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Teatros independentes |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Circos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cineclubes |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Museus comunitários, centros de memória e patrimônio |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Bibliotecas comunitárias |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaços culturais em comunidades indígenas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Centros artísticos e culturais afrodescendentes |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Comunidades quilombolas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaços de povos e comunidades tradicionais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Livrarias, editoras e sebos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Empresas de diversões e produção de espetáculos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Estúdios de fotografia |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Produtoras de cinema e audiovisual |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Ateliês de pintura, moda, design e artesanato |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Galerias de arte e de fotografias |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Feiras de arte e de artesanato |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaços de apresentação musical |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaços de literatura, poesia e literatura de cordel |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares |
|  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outros: |  |
|  |

**Faturamento/Receita do Espaço Cultural resultante de recursos recebidos de projetos financiados, vendas, doações, contribuição de sócios, patrocínios e etc., que o coletivo, empresa, entidade ou cooperativa cultural, referente ao ano de 2019:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 0,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 0,01 a R$ 60.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 60.001,00 a R$ 80.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 80.001,00 a R$ 100.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 100.001,00 a R$ 150.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 150.001,00 a R$ 360.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | R$ 360.001,00 a R$ 500.000,00 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Acima de R$ 500.000,00 |

**Despesas mensais em reais (R$) com a manutenção do Espaço Cultural** (água, luz, internet, transporte, telefone, aluguel) excluídas as despesas referentes à vínculo empregatício). O período de caracterização das despesas compreende o período de vigência do Decreto Legislativo no 6/2020 (de 20 de março à 31 de dezembro de 2020).

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Água** | **Luz** | **Internet** | **Transporte** | **Telefone** | **Aluguel** | **TOTAL** |
| **Março** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Abril** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Maio** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Junho** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Julho** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Agosto** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Setembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outubro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Novembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Dezembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL** *(que será solicitado*) | | | | | | |  |

**Cite outras despesas mensais em reais (R$) com a manutenção das atividades culturais e artísticas (**O período de caracterização das despesas compreende o período de vigência do Decreto Legislativo no 6/2020 (de 18 de março à 31 de dezembro de 2020)**:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | **TOTAL** |
| **Março** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Abril** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Maio** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Junho** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Julho** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Agosto** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Setembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outubro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Novembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **Dezembro** |  |  |  |  |  |  |  |
| **TOTAL** *(que será solicitado*) | | | | | | |  |

**Funcionários vinculados ao Espaço Cultural e valor mensal total com salários** *(informe o número de funcionários e o valor mensal total dos salários)***.** *O período de caracterização do valor mensal total com salários compreende ao período anterior à vigência do Decreto Legislativo no 6/2020 (de 18 de março à 31 de dezembro de 2020)****:***

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **Número de funcionários** | **Valor mensal total com salários** |
| **Funcionários Formais (CLT)** |  |  |
| **Funcionários Informais (contrato temporário ou outro)** |  |  |
| **TOTAL** |  |  |

**Caso receba o subsídio mensal, irá auxiliar o Espaço Cultural na manutenção de empregos?**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Sim, pretendo manter todos os funcionários formais e informais |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | Sim, pretendo manter |  | funcionários formais |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | Sim, pretendo manter |  | funcionários informais |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | Sim, e ainda pretendo contratar |  | formais |  | informais |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | Não, pois vou demitir |  | funcionários formais |  | funcionários informais |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outro: |  |

**O Espaço Cultural atende a Comunidades Tradicionais:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Não atende a nenhuma Comunidade Tradicional |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Indígenas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Quilombolas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Ciganos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Comunidades ribeirinhas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Comunidades caboclas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Pescadores artesanais |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Comunidades agroecológicas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Comunidades rurais |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outros: |  |

**Acessibilidade do Espaço Cultural:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Não possui acessibilidade |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço adaptado para pessoas com mobilidade reduzida |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Espaço adaptado para pessoas com deficiência visual |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Serviços de acessibilidade comunicacional |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | Outros: |  |

|  |
| --- |
| **DECLARAÇÕES** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | DECLARO que o espaço cultural, no qual respondo como Representante ou Responsável Legal, está inscrito, em, pelo menos, um dos cadastros previstos na Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc), conforme relação abaixo, com sua inscrição e Requerimento e Autodeclaração de Espaço cultural a ser homologada pela Comissão de Homologação e Validação, do Conselho Municipal de Políticas Culturais: |
|  |
|  |
|  |
|  |

**Possuo inscrição no(s) Cadastro(s)** (Podem ser assinaladas mais de uma opção):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cadastro Estadual de Cultura (Mapa Cultural de Santa Catarina) somente para SC |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cadastro Municipal de Cultura (www.novohorizonte.sc.gov.br) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Cadastro Estadual de Pontos e Pontões de Cultura |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab) |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | Outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na unidade da Federação, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação (30/06/2020) da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). |
|  |
|  |
|  |

**Informe como está o seu nome no(s) cadastro(s) citado(s) acima**:

|  |
| --- |
|  |

**Informe o link (url) do seu perfil no(s) cadastro(s) citado(s) acima** (nome Mapa Cultural SC seu link (url) será semelhante a http://mapacultural.sc.gov.br/agente/0000/):

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO**, como Representante ou Responsável Legal, que a Entidade/Coletivo tem finalidade Cultural e teve suas atividades interrompidas em decorrência das medidas de isolamento social devido à pandemia COVID 19, conforme dispõe o Inciso II do artigo 2º da Lei Federal 14.017/2020. |
|  |
|  |
|  |

Informe o período de interrupção das atividades culturais e artísticas do Espaço Cultural, a partir de março de 2020:

|  |
| --- |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO**, como Representante ou Responsável Legal, que o Espaço Cultural não é criado pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como, não possui vínculos com fundações, institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais, e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S, conforme vedação prevista no parágrafo único do Art. 8º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** que, sou Representante ou Responsável Legal pela gestão do Espaço Cultural e que solicitei apenas este benefício, em todo território nacional, sem recebimento cumulativo, conforme vedação prevista no § 3º do artigo 7º da Lei Federal 14.017/2020. |
|  |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** também que, estou CIENTE que somente poderei utilizar os recursos recebidos em gastos relativos à manutenção da atividade cultural, realizadas com: internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário. |
|  |
|  |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** que, como Representante ou Responsável Legal do Espaço cultural, em recebendo o subsídio, COMPROMETO-ME a apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Novo Horizonte, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio, nos termos do Art. 10 da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). |
|  |
|  |
|  |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** que, como Representante ou Responsável Legal do Espaço cultural, em recebendo o benefício do subsídio, quando forem permitidos os eventos presenciais, COMPROMETO-ME em garantir como contrapartida, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos da comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o Gestor de cultura de Novo Horizonte, conforme determina o Art. 9º da Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc).  *(Supondo que o Espaço Cultural tenha recebido R$ 4.000,00, a contrapartida deverá envolver atividades em bens ou serviços economicamente mensuráveis que, juntos, somem R$ 4.000,00. Exemplo: realização de 5 apresentações musicais no valor de R$ 800,00 em escolas públicas de n Novo Horizonte, totalizando R$ 4.000,00 de contrapartida).* |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

**Para tanto, submeto como proposta de contrapartida do Espaço cultural, a realização das seguintes atividades presenciais gratuitas em bens ou serviços economicamente mensuráveis:**

|  |  |
| --- | --- |
| Atividades propostas em bens ou serviços: | R$ |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
| **TOTAL** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO**, para os devidos fins, que atuei social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos vinte e quatro meses anteriores à data de publicação da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conforme lista de atividades apresentadas a seguir: | |
|  |
|  |
| **MÊS/ANO** | | | **ATIVIDADES REALIZADAS** |
| Junho/2019 | | |  |
| Julho/2019 | | |  |
| Agosto/2019 | | |  |
| Setembro/2019 | | |  |
| Outubro/2019 | | |  |
| Novembro/2019 | | |  |
| Dezembro/2019 | | |  |
| Janeiro/2020 | | |  |
| Fevereiro/2020 | | |  |
| Março/2020 | | |  |
| Abril/2020 | | |  |
| Maio/2020 | | |  |

**Observação:** *caso não tenha desenvolvido atividades em um ou mais meses relacionados no formulário acima, preencha o campo com a expressão “Atividades interrompidas” a partir do momento em que tenham ocorrido as interrupções.*

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** que estou CIENTE e AUTORIZO o acesso e uso dos meus dados para validação das informações apresentadas neste cadastro, bem como atestar o cumprimento de todos os critérios exigidos pela Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc) para o recebimento do Subsídio mensal. |
|  |
|  |
|  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | **DECLARO** que todas as informações constantes neste Requerimento e Autodeclaração de Espaço Cultural **são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade**, e estarei sujeito às penalidades e sanções administrativas, civis e criminais previstas na legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, artigos 171 e 299 do Decreto Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal). |
|  |
|  |
|  |
|  |

|  |  |
| --- | --- |
| R$ |  |

**REQUEIRO À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes DE Novo Horizonte** o acesso ao Subsídio no valor de R$ ...................................................................

Conforme as despesas mensais declaradas e firmadas neste documento. Some o valor total especificado nas despesas de manutenção do espaço, mais o total de demais despesas e insira o valor correspondente à solicitação do subsídio.

Requeiro ainda, que os referidos valores sejam preferencialmente repassados em parcela única.

--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DADOS COMPLEMENTARES – BANCÁRIOS (O objetivo destas informações é para agilização das operações de futuros repasses de subsídios, conforme prevê a Lei Federal 14.017/2020 (Aldir Blanc). Informe a conta corrente, agência e o banco que deseja receber o subsídio. Se o Espaço cultural é mantido ou organização por Pessoa Física ou Coletivo cultural, a conta bancária deve estar ativa e em nome da Pessoa Física do Representante ou Responsável Legal).

|  |  |
| --- | --- |
| Titular da Conta: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Banco: |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Número da agência: |  | Número da Conta corrente (001): |  |

--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Novo Horizonte/SC, em: |  | / |  | / |  |

|  |
| --- |
| **Espaço dedicado ao parecer do Comitê Gestor Municipal da Lei Aldir Blanc – CGMAB**  *(Não preencher)* |
|  |